

FLORESTAS Estimativa com imagens de satélite indica 19.832 km² desflorestados em 1999/2000, ou 91% da área de Sergipe

Desmatamento cresce 15% na Amazônia

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Mais uma má notícia para a imagem do governo FHC: o desmatamento na Amazônia cresceu 15% entre agosto de 1999 e agosto de 2000, em relação aos 12 meses anteriores, anunciou o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Alcançou 19.832 quilômetros quadrados, quase um Sergipe inteiro.

O dado sobre a área devastada, estimado pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) com base na comparação de imagens de satélite, ainda é preliminar. Foi obtido por amostragem, e o número real e pode se revelar ainda maior. No ano passado, por exemplo, a estimativa para 98/99 havia sido de 16.926 km², e o dado final sobe agora para 17.259 km².

As cifras do Inpe contrariam perspectiva anterior comemorada pelo ministério, de "estancamento" no processo de desmatamento. O aumento de 17.259 km² na área devastada entre agosto de 1998 e agosto de 1999, embora se mantenha na média dos anos anteriores, ainda representa, na avaliação do próprio ministério, um patamar alto de devastação.

A mesma avaliação é feita por organizações não-governamentais (leia texto à direita).

A extensão acumulada de desflorestamento chegou a 569.269 km² em 1999 — o que representa 13,9% da área total de floresta da Amazônia (cerca de 4 milhões de quilômetros quadrados dos 5 milhões que compõem a chamada Amazônia Legal). Os dados de 2000 ainda são preliminares, mas sugerem que 14,3% da Amazônia já tenham sido devastados.

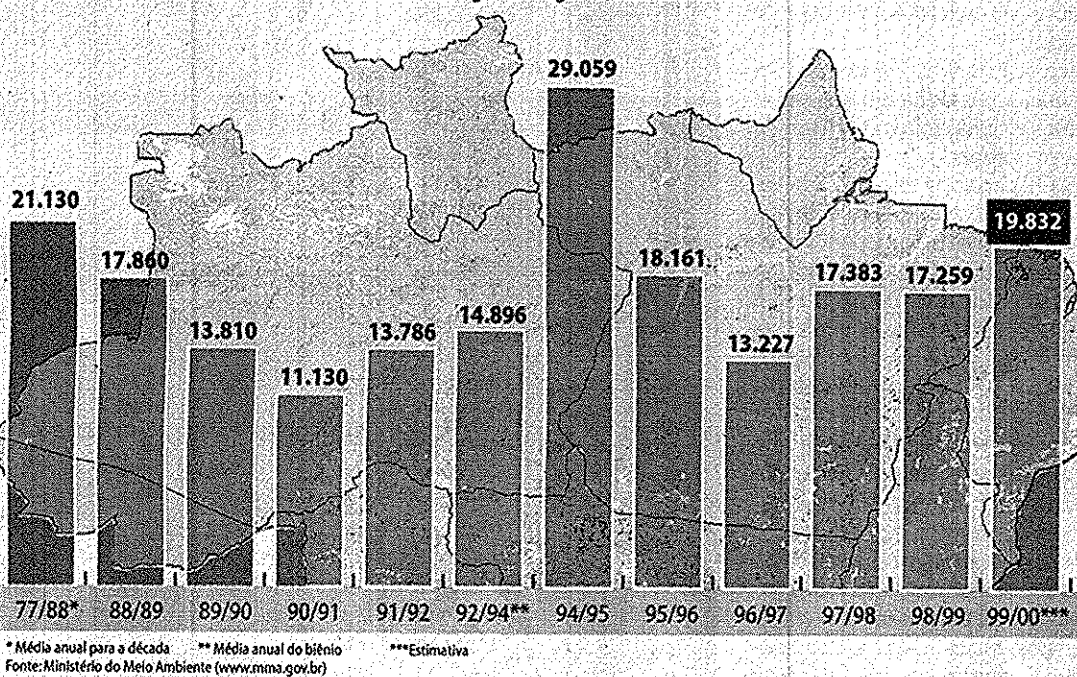
Na avaliação da secretária de Coordenação da Amazônia no MMA, Mary Allegretti, essa projeção se reveste de alta confiabilidade e indica uma preocupação que o ministério deverá ter nos próximos anos.

Segundo ela, as medidas tomadas pelo ministério não foram suficientes para diminuir o desmatamento porque dependem de coordenação com políticas de outros ministérios — por exemplo, do Desenvolvimento Agrário, para que não sejam promovidos assentamentos de sem-terra em áreas de floresta.

"A atuação do ministério é cada vez mais precisa, mas é apenas uma parte do problema. Não temos como controlar a dimensão econômica da região, trabalhamos apenas com fiscalização. É preciso uma coordenação de políticas agrícolas, agrárias e econômicas", disse Allegretti.

Um exemplo frequente da descoordenação entre áreas do go-

QUANTO O BRASIL PERDE POR ANO DE FLORESTA
 Taxa média de desflorestamento bruto (km²/ano, agosto a agosto) na Amazônia - 1977-2000



Editoria de Arte/Folha Imagem

O aumento de **15%** na taxa de desmatamento levou à destruição de uma área equivalente a 91% do território de **Sergipe**



Ambientalista diz que debate precisa mudar

MARCELO LEITE
 EDITOR DE CIÊNCIA

Como não poderia deixar de ser, os novos dados sobre desmatamento na Amazônia brasileira foram mal recebidos por ambientalistas. Desta vez, porém, eles não se limitam a escandalizar-se com os números e já começam a dizer que é preciso ir além deles.

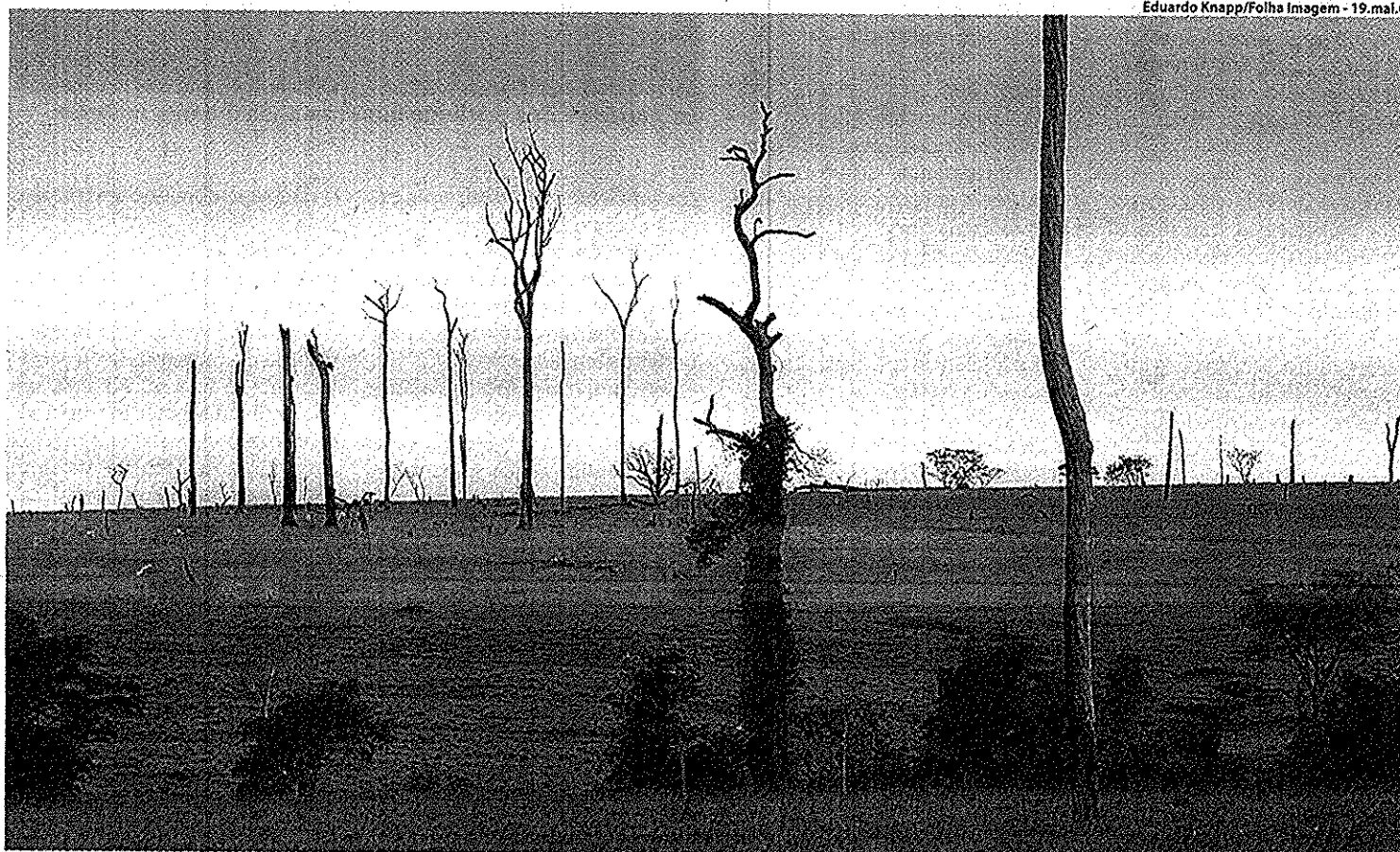
"Discute-se desmatamento como se discutia inflação. Chora-se muito sobre o leite derramado", afirma Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), uma ONG de pesquisa que ganhou destaque em 2000 com estudo prevendo 180 mil quilômetros quadrados de devastação como resultado das estradas previstas no plano federal de desenvolvimento "Avança Brasil".

Para Moutinho, o país precisa parar de discutir a taxa anual de desmatamento e passar a debater o que pretende fazer para desenvolver a Amazônia. "O Inpe faz um trabalho excelente, mas tem de ser mais democratizado e mais frequente."

Moutinho se refere à experiência de monitoramento realizada pelo governo do Mato Grosso, que usa diretamente as imagens de satélite para fiscalizar e autuar proprietários que derrubem áreas de reserva legal.

João Paulo Ribeiro Capobianco, do ISA (Instituto Socioambiental), reclamou de os dados serem divulgados cada vez mais tarde, além de serem "genéricos e subestimados". Segundo o biólogo, o levantamento não leva em conta o impacto da exploração madeireira (danos mais localizados que o satélite não consegue "enxergar").

Para o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a taxa apresenta "um nível extremamente elevado". Segundo a ONG, se forem mantidas as médias anuais de desmatamento, em menos de dez anos a Amazônia perderá uma área equivalente ao Estado do Acre.



Eduardo Knapp/Folha Imagem - 19.mai.00

Área desmatada para ser usada como pasto na região de Chupinguaia, no Estado de Rondônia; a região fica na chapada dos Parecís

verno federal, no que respeita à Amazônia, é o plano desenvolvimentista "Avança Brasil". Dois estudos de ambientalistas e pesquisadores publicados em 2000 previam centenas de milhares de quilômetros quadrados de desmatamento, nas próximas décadas, como resultado das obras de infra-estrutura na região.

Com os dados do Inpe, o ministério fez um levantamento dos 43 municípios que mais desmatam,

dentro dos três Estados que concentram desflorestamentos (Pará, Mato Grosso e Rondônia, o chamado Arco do Desflorestamento). A idéia é concentrar nesses municípios as políticas de monitoramento e fiscalização.

Mato Grosso

O plano é estender para esse município, a partir deste mês, um projeto piloto de sensoria-

mento remoto desenvolvido pelo governo do Estado de Mato Grosso, com recursos do PPG-7 (o Programa Piloto financiado pelas sete nações mais ricas do mundo).

De acordo com o projeto, o proprietário rural é obrigado a comprar uma imagem de satélite de sua propriedade, de qualquer uma das empresas que operam na região com a mesma base do Inpe. Com apoio na imagem, é dada ou não autorização para desflorestamento daquela área.

Segundo Allegretti, apesar de começar com uma amostragem pequena de propriedades, o projeto em desenvolvimento no Mato Grosso chegou a uma queda de 20% de desmatamento nas áreas monitoradas. Cada foto de satélite custa cerca de R\$ 300 e a implantação do projeto sai, para propriedades acima de 500 hectares, por cerca de R\$ 3.000.

Colaborou a Redação